

PELO PRAZER DE VIVER/SAÚDE, CULTURA E VIDA

Demonstrações Financeiras

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2018

Moeda: EUROS

RÚBRICAS	Notas	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	642 488,80	670 894,79
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	13.1	35 287,86	30 747,79
		677 776,66	701 642,58
Activo corrente			
Créditos a receber	13.2	39 195,11	49 101,37
Estados e Outros Entes Públicos	13.8	0,00	1 996,29
Outras contas a receber	13.3	34 528,83	2 246,91
Caixa e depósitos bancários	13.5	61 816,65	27 203,93
		135 540,59	80 548,50
Total do ativo		813 317,25	782 191,08
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.6	249,40	249,40
Resultados transitados	13.6	75 364,28	52 300,77
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.6	438 884,30	451 088,79
		514 497,98	503 638,96
Resultado líquido do período		22 534,54	23 063,51
Total dos fundos patrimoniais		537 032,52	526 702,47
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13.9	1 866,71	13 066,67
Financiamentos obtidos	12	111 812,96	96 122,21
		113 679,67	109 188,88
Passivo corrente			
Fornecedores	13.7	60 605,24	78 112,83
Estado e Outros Entes Públicos	13.8	11 841,12	6 885,18
Financiamentos obtidos	12	28 759,23	10 827,65
Outros passivos correntes	13.9	61 399,47	50 474,07
		162 605,06	146 299,73
Total do passivo		276 284,73	255 488,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		813 317,25	782 191,08

A Direção

Pedro Gomes
 Adilson Ferreira
 Mariana do Espírito Santo da Silva
 [Assinatura]

Responsável

[Assinatura]

Saúde, Cultura e Vida
 Envolvimento Social
 * 4535-229 Moselos
 Direcção

Demonstração de Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Moeda: EUROS	
		PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	405 700,24	428 155,11
Subsídios, doações e legados à exploração	8	240 116,48	270 269,94
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-113 686,02	-117 704,80
Fornecimentos e serviços externos	13.10	-206 936,42	-216 092,73
Gastos com o pessoal	10	-313 022,88	-331 760,57
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	18 400,30
Outros rendimentos	13.11	69 831,00	30 734,49
Outros gastos	13.12	-24 795,71	-17 633,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		57 206,69	64 368,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-31 930,40	-37 745,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		25 276,29	26 623,37
Juros e rendimentos similares obtidos	13.13	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	13.13	-2 741,75	-3 559,86
Resultados antes de impostos		22 534,54	23 063,51
Imposto sobre o rendimento do período	9	0,00	0,00
Resultado líquido do período		22 534,54	23 063,51

A Direção



Adurca Ferreira

Luísa Maria do Ben Amório da Silva



Professor António Luís de Almeida Pizar

Responsável



Pelo Prazer de Viver - Saúde, Cultura e Vida

Associação de Desenvolvimento Social

Rua Santa Luzia, 85 * 4535-229 Moselos

A Direcção

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2018

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		464.148,34	371.154,96
Pagamentos de apoios			0,00
Pagamentos a fornecedores		-431.845,93	-425.204,24
Pagamentos ao pessoal		-227.370,97	-211.694,29
Caixa gerada pelas operações		-195.068,56	-265.743,57
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			0,00
Outros recebimentos/pagamentos		158.300,79	91.525,59
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-36.767,77	-174.217,98
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		150.000,00	0,00
Doações		0,00	2.170,09
Outras operações de financiamentos		0,00	132.846,21
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-72.017,58	-2.419,07
Juros e gastos similares		-6.601,93	-30.122,58
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		71.380,49	102.474,65
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		34.612,72	-71.743,33
Caixa e seus equivalentes no início do período		27.203,93	98.947,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período		61.816,65	27.203,93

A Direção

Adriana Ferreira

Luísa do Bom Amorim da Silva

Responsável

Pelo Prazer de Viver - Saúde, Cultura e Vida
 Associação de Desenvolvimento Social
 Rua Santa Luzia, 85 * 4535-229 Moselos
 A Direcção

PELO PRAZER DE VIVER/SAÚDE, CULTURA E VIDA

Anexo às Demonstrações Financeiras

Índice

1	Identificação da Entidade.....	7
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3	Alteração de políticas contabilísticas e correção de erros.....	7
4	Principais Políticas Contabilísticas.....	7
4.1	Bases de Apresentação	7
4.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	14
6	Ativos Intangíveis	15
7	Rédito	15
8	Subsídios à exploração	15
9	Imposto sobre o Rendimento	16
10	Gastos com Pessoal.....	16
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
12	Financiamento	16
13	Outras Informações.....	17
13.1	Investimentos Financeiros	17
13.2	Clientes e Utentes	17
13.3	Outras Ativos Financeiros	17
13.4	Outros Ativos Financeiros	18
13.5	Caixa e Depósitos Bancários	18
13.6	Fundos Patrimoniais.....	18
13.7	Fornecedores	18
13.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	18
13.9	Outras Contas a Pagar.....	19
13.10	Fornecimentos e serviços externos.....	19
13.11	Outros rendimentos e ganhos	19
13.12	Outros gastos e perdas	20
13.13	Resultados Financeiros.....	20
13.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	20

duels
A
h
S
A

1 Identificação da Entidade

A “Pelo Prazer de Viver / Saude, Cultura e Vida - Associação Desenvolvimento Social” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação”, com sede em Rua Sta. Luzia, n.º 85 – 4535-209 Mozelos. Possui o Número de Identificação de Pessoa Coletiva 503268399.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

Os valores das Demonstrações Financeiras encontram-se expressos em euros.

3 Alteração de políticas contabilísticas e correção de erros

No exercício de 2018 não se alteraram as políticas contabilísticas, nem houve necessidade de se efetuar correção de erros.

4 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

4.1 Bases de Apresentação

As principais políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras foram as abaixo descritas. Estas políticas foram consistentemente aplicadas, salvo indicação em contrário.

4.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade procederá à manutenção da atividade de prestação de serviços à comunidade, com o objetivo de cumprir os seus fins sociais, pelo que as Demonstrações Financeiras foram preparadas no princípio da continuidade.

4.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os gastos/rendimentos são reconhecidos no próprio exercício, independentemente do momento do seu pagamento/recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo ou da periodização económica.

4.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e divulgadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

4.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade da entidade que o doou.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada para cada bem, e estão em consonância com a tabela constante do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

4.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada dos ativos intangíveis, em consonância com a tabela constante do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

4.2.3 Investimentos Financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

4.2.4 Inventários

A Associação não tem inventário, uma vez que adquire produtos para consumo imediato na produção de refeições para os seus utentes e para refeições escolares.

4.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

4.2.7 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

4.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Existem “Empréstimo Obtidos”, os quais se encontram registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

4.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- “ a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Assim, a Associação encontra-se isenta de IRC.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	1.028.558,83					1.028.558,83
Equipamento básico	244.027,26					244.027,26
Equipamento de transporte	177.906,09					177.906,09
Equipamento administrativo	160.537,44					160.537,44
Outros Ativos fixos tangíveis	22.205,98					22.205,98
Total	1.633.235,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.633.235,60
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	346.927,85	21.915,88				368.843,73
Equipamento básico	244.027,26	595,72				244.622,98
Equipamento de transporte	163.146,09	7.380,00				170.526,09
Equipamento administrativo	158.247,11	5.219,02				163.466,13
Outros Ativos fixos tangíveis	12.247,36	2.634,52				14.881,88
Total	962.340,81	38.732,04	0,00	0,00	0,00	962.340,81
Valor líquido a 31.12.2017						670.894,79

Descrição	31-12-2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	1.028.558,83					1.028.558,83
Equipamento básico	244.027,26					244.027,26
Equipamento de transporte	177.906,09					177.906,09
Equipamento administrativo	160.537,44					160.537,44
Outros Ativos fixos tangíveis	22.205,98					22.205,98
Total	1.633.235,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.633.235,60
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	368.843,73	21.915,88				390.759,61
Equipamento básico	244.622,98	-595,72				244.027,26
Equipamento de transporte	170.526,09	7.380,00				177.906,09
Equipamento administrativo	163.466,13	-2.928,69				160.537,44
Outros Ativos fixos tangíveis	14.881,88	2.634,52				17.516,40
Total	962.340,81	37.745,14	0,00	0,00	0,00	990.746,80
Valor líquido a 31.12.2018						642.488,80

Participações Financeiras – Aplicação do Método Equivalência Patrimonial

Em 2015 foi constituída a empresa social, APPV Social Unipessoal, Lda., que é detida a 100% pela Associação, pelo que se encontra registada ao MEP.

A aplicação do Método da Equivalência Patrimonial foi feita com base nas contas da subsidiária, APPV Social, Unipessoal, Lda., à data de 31 de dezembro de 2017, uma vez que ainda não obtivemos as contas aprovadas do exercício de 2018.

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, mostrando as adições, os abates e alienações e as amortizações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31-12-2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	1.310,57					1.310,57
Total	1.310,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.310,57
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	1.310,57					1.310,57
Total	1.310,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.310,57
Valor líquido a 31.12.2017						0,00
31-12-2018						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	1.310,57					1.310,57
Total	1.310,57	0,00	0,00		0,00	1.310,57
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	1.310,57					1.310,57
Total	1.310,57	0,00	0,00		0,00	1.310,57
Valor líquido a 31.12.2018						0,00

7 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Mensalidades de utentes	217.827,33	206.667,10
Serviços refeições	205.638,91	205.598,78
Quotizações	1.030,00	1.325,00
Outros Serviços secundários	829,50	17.976,23
Devolução de serviços prestados	-19.625,50	-3.412,00
Total	405.700,24	428.155,11

8 Subsídios à exploração

Durante os períodos findos em 2018 e 2017, a entidade beneficiou dos seguintes subsídios:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Subsídios do Estado		
Instituto da Segurança Social	167.066,30	164.463,93
Instituto do Emprego e Formação Profissional	13.013,27	18.002,49
Fundo Social Europeu	0,00	5.000,00
Câmara Municipal de Santa Maria da Feira	0,00	15.000,00
Serv. Int. Comportamentos Aditivos e Dependência	50.036,91	52.803,52
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	10.000,00	15.000,00
Total	240.116,48	270.269,94

9 Imposto sobre o Rendimento

A entidade, sendo uma instituição particular de solidariedade social, encontra-se isenta do pagamento deste imposto, ao abrigo do disposto no art.º 10.º do CIRC.

10 Gastos com Pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos, em 2018 manteve-se em "5". Os órgãos diretivos não usufruem de remunerações. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 28 e em 2017 foi de 28. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	249.764,67	269.445,91
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	9.816,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	52.231,95	57.480,05
Seguros de Acid. no Trabalho e Doenças Profissionais	401,26	3.932,11
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	809,00	902,50
Total	313.022,88	331.760,57

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

As contas do exercício de 2018, tal como já tinha acontecido em 2016 e 2017 foram auditadas. Os honorários do Revisor Oficial de Contas foram de 4.000,00€, acrescidos dos respetivos impostos.

12 Financiamento

Decorrente do empréstimo contratualizado durante o ano de 2016 com o Banco Português de Investimento, a Associação prestou a favor desta entidade bancária, uma hipoteca como garantia, sobre o edifício Prédio urbano sito em Quintã, Rua Santa Luzia, 85, freguesia de Mozelos, Santa Maria da feira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Maria da Feira, sobre o n.º 1007 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3007.

O montante em dívida em 31/12/2018 ascende a 140.572,19€ conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Empréstimos bancários - Passivo Corrente		
Banco BPI, S.A. – 5373797830001	0,00	10.827,65
Banco BPI, S.A. – 5373797830002	28.759,23	0,00
Empréstimos bancários - Passivo Não Corrente		
Banco BPI, S.A. – 5373797830001	0,00	96.122,21
Banco BPI, S.A. – 5373797830002	111.812,96	0,00
Total	140.572,19	106.949,86

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão dos restantes valores constantes nas demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Investimentos em subsidiárias		
Investimentos - Método de Equivalência Patrimonial	19.339,53	15.247,79
Investimentos - Empréstimos	15.500,00	15.500,00
Outros investimentos financeiros		
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	448,33	0,00
Total	35.287,86	30.747,79

Procedeu-se ao reconhecimento das importâncias retidas em anos anteriores, no cumprimento do estipulado do Decreto-Lei n.º 165-A/2013, que cria o FRSS

13.2 Clientes e Utentes

A rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma em Dezembro de 2018:

Descrição	31-12-2017	31-12-2017
Clientes e Utentes		
Clientes e Utentes c/c	67.586,55	79.800,84
Pagamentos em conferência	-20.146,44	-22.485,44
Adiantamentos	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-8.245,00	-8.245,00
Total	39.195,11	49.070,40

13.3 Outros Ativos Financeiros

A rubrica “Outros Ativos Financeiros” tinha, em 31 de dezembro de 2018 a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Outros devedores e credores	9.247,50	0,00
Gastos a reconhecer	2.305,89	2.246,91
Devedores por acréscimos de proveitos	22.975,44	0,00
Total	34.528,83	2.246,91

13.4 Investimentos em subsidiárias

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
APPV Social Unipessoal, Lda.	34.839,53	30.747,79
Total	34.839,53	30.747,79

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 tinha o seguinte saldo:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	2.394,67	583,31
Depósitos à ordem	59.421,98	26.620,62
Total	61.816,65	27.203,93

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	31-12-2017	Aumentos	Diminuições	31-12-2018
Fundos	249,40			249,40
Resultados transitados	52.300,77	23.063,51		75.364,28
Outras variações nos fundos patrimoniais	451.088,79		12.204,49	438.884,30
Total	503.638,96	23.063,51	12.204,49	514.497,98

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores c/c	60.605,24	78.112,83
Adiantamentos a fornecedores		
Total	60.605,24	81.406,57

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	0,00	1.996,29
Total	0,00	1.996,29
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.340,76	387,27
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	1.962,50	947,50
Segurança Social	6.537,86	5.550,41
Total	11.841,12	6.885,18

13.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018		31-12-2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Indemnizações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	59.469,47	0,00	32.424,07
Outros credores	0,00	1.930,00	0,00	50,00
Total		61.399,47	0,00	50.474,07

Em 31 de Dezembro de 2018 a Associação não tinha valores a liquidar referentes a remunerações.

Descrição	31-12-2018		31-12-2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Provisões				
Processos judiciais em curso	0,00	1.866,71	0,00	13.066,67
Total	0,00	1.866,71	0,00	13.066,67

As provisões, criadas e constantes do quadro supra, referem-se ao valor que está a ser liquidado segundo o acordo judicial do processo com ex-colaboradora.

13.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018, foi a seguinte:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Subcontratos	0,00	28,71
Serviços especializados	145.736,17	149.179,68
Materiais	4.209,90	7.366,34
Energia e fluidos	42.458,46	39.155,93
Deslocações, estadas e transportes	852,25	2.562,87
Serviços diversos	13.679,64	17.799,20
Total	206.936,42	216.092,73

13.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos Suplementares	6.121,44	6.143,05
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,83	1,46
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4.091,74	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	47.412,50	8.721,81
Subsídios ao investimento	12.204,49	15.868,17
Total	69.831,00	30.734,49

13.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Impostos	11.572,94	16.870,13
Outros Gastos e Perdas	13.222,77	763,10
Total	24.795,71	17.633,23

13.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018, o resultado financeiro foi obtido da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Juros suportados	2.741,75	3.559,86
Juros obtidos	0,00	0,00
Resultados Financeiros		-3.559,86

Os juros suportados do período decorrem dos empréstimo contratualizados com o BPI em 2016 e 2018, cujo juro é calculado com base numa taxa indexada à Euribor 12 meses adicionada do spread.

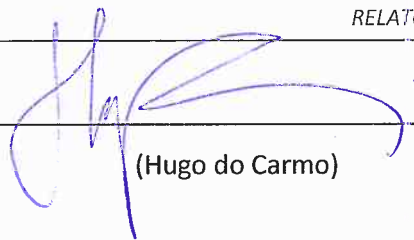
13.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção, em sua reunião de 12 de março de 2019.

O Contabilista Certificado



(Hugo do Carmo)

A Direção

O Presidente



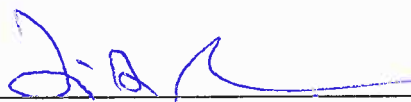
(Pedro Alexandre Ribeiro Bastos)

Vice- Presidente



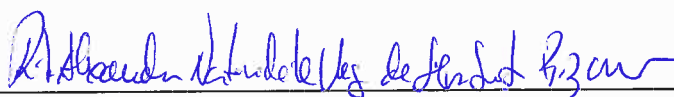
(Adriana Raquel Soares Ferreira)

O Tesoureiro



(Tiago Filipe Amorim Alves de Araújo)

A Secretária



(Rita Alexandra Natividade Veiga da Silva Souto Bizarro)

A Vogal



(Maria do Céu Amorim da Silva)

Pelo Prazer de Viver - Saúde, Cultura e Vida
Associação de Desenvolvimento Social
Rua Santa Luzia, 85 * 4535-229 Moselos
A Direcção

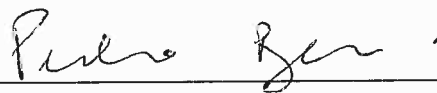
Proposta da Direção à Assembleia Geral:

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2018;
2. Que seja transferido para Resultados Transitados, o Resultado Líquido Positivo no montante de 22.534,54€.

Mozelos, 12 de março de 2019

A Direção

O Presidente



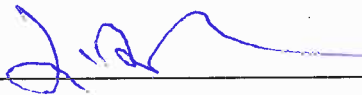
(Pedro Alexandre Ribeiro Bastos)

Vice- Presidente



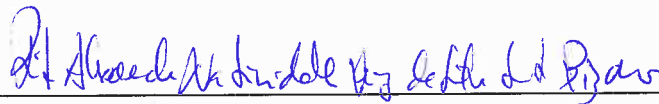
(Adriana Raquel Soares Ferreira)

O Tesoureiro



(Tiago Filipe Amorim Alves de Araújo)

A Secretária



(Rita Alexandra Natividade Veiga da Silva Souto Bizarro)

A Vogal



(Maria do Céu Amorim da Silva)

Pelo Prazer de Viver - Saúde, Cultura e Vida
Associação de Desenvolvimento Social
Rua Santa Luzia, 85 * 4535-229 Moselos
A Direcção